



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REVISÃO CRIMINAL Nº 5568 - RJ (2021/0012448-3)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**REQUERENTE** : E DE O S  
**ADVOGADOS** : CICERO PAULINO DA SILVA NOGUEIRA - RJ039792  
SEBASTIÃO ANTONIO DE OLIVEIRA NOGUEIRA - RJ223379  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de revisão criminal proposta por E DE O S que requer a revisão de sua condenação, por erro judicial.

Em sua petição, o requerente alega, em síntese, a ilegalidade da condenação, porque o crime teria sido cometido por um homônimo do ora paciente. Aduz, também, que as provas testemunhais seriam contraditórias.

Requer liminarmente que seja *revogada a prisão com a imediata expedição de seu alvará de soltura (...)*.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De plano, não há julgado do STJ a ser revisado por meio da presente ação autônoma de impugnação.

Nos termos do art. 105, inciso I, alínea e, da Constituição Federal, compete ao STJ processar e julgar, em sede de revisão criminal, tão somente seus próprios julgados.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

*REVISÃO CRIMINAL. ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO EM CONTINUIDADE DELITIVA (ART. 157, § 2o., I e II, C/C O ART. 71, PARÁG. ÚNICO, TODOS DO CPB). INEXISTÊNCIA DE JULGADO DESTA CORTE PASSÍVEL DE REVISÃO. INCOMPETÊNCIA DO STJ. INTELIGÊNCIA DO ART. 105, I, A DA CF. NÃO CONHECIMENTO.*

*1. Por força do art. 105, inciso I, alínea e da Constituição Federal, a competência desta Corte para processar e julgar Revisão Criminal limita-se às hipóteses de seus próprios julgados; assim, inexistindo nesta Corte julgamento de mérito passível de revisão em relação à condenação sofrida pelo recorrente, forçoso o reconhecimento da incompetência deste Tribunal para o julgamento do presente pedido.*

*2. Revisão Criminal não conhecida. (RvCr n. 1.029/PR, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, DJe de 10/12/2009.)*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, inciso IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, declaro a incompetência do STJ para processar a presente revisão criminal, determinando a remessa dos autos ao Tribunal de origem

para que adote as providências pertinentes.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência